



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 16/2013

Disponibilização: 12 de agosto de 2013

Período abrangido: 29 de julho a 9 de agosto de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS**
 - **PROTEÇÃO CIVIL**
 - **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **PESCAS/AQUICULTURA**
 - **VETERINÁRIA**
- 5. AMBIENTE**
- 6. ASSOCIAÇÕES**
- 7. CIDADANIA**
- 8. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
- 9. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 10. DESPORTO**
- 11. EDUCAÇÃO**
- 12. ENERGIA**



13. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**
- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

14. FUNDAÇÕES

15. GOVERNO

16. INDÚSTRIA

17. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

18. JUSTIÇA

19. JUVENTUDE

20. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

21. QREN

22. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

- **MADEIRA**

23. SAÚDE

24. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

25. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

26. TURISMO E LAZER



1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2013/M, de 29 de julho](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Define as entidades que, na Região Autónoma da Madeira, exercem as competências previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero» e cria um balcão único eletrónico, designado «Balcão do empreendedor»

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• ADMISSÃO DE ESTRANGEIROS

[Decreto n.º 28/2013, de 08 de agosto](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Protocolo de Aplicação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia relativo à Aplicação do Acordo de Readmissão entre a Comunidade Europeia e a Federação da Rússia, de 25 de maio de 2006, assinado em Moscovo em 8 de fevereiro de 2013

• PROTEÇÃO CIVIL

[Resolução n.º 19/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministério da Administração Interna-Comissão Nacional de Proteção Civil)

Aprova os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Freixo de Espada à Cinta, Grândola, Ovar, Silves, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Mourão e Nazaré, e a primeira revisão dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Alvaiázere, Elvas, Pombal e Portimão

[Resolução n.º 20/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministério da Administração Interna-Comissão Nacional de Proteção Civil)

Aprova o Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Condições Meteorológicas Adversas no Distrito de Castelo Branco



• **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

[Despacho n.º 10284-B/2013, de 05 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna e da Justiça-Gabinetes dos Ministros Adjunto e do Desenvolvimento Regional e da Administração Interna e da Ministra da Justiça)

Aprova procedimentos de difusão e conhecimento dos resultados da eleição dos órgãos das autarquias locais apurados no escrutínio provisório

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 10284-A/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministério das Finanças-Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública)

Define o modo de entrega, os termos e os elementos que devem acompanhar o requerimento dos trabalhadores abrangidos pelo Programa de Rescisões por Mútuo Acordo

[Portaria n.º 252/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério das Finanças)

Estabelece o contingente de estágios profissionais para a 2ª fase da 2ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) e respetiva calendarização

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

[Declaração de Retificação n.º 34/2013, de 05 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros-Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 90/2013, de 10 de julho, que cria e define as medidas fitossanitárias a aplicar às culturas, plantas, estufas e abrigos abandonados no território nacional e que constituam risco fitossanitário, à exceção dos povoamentos florestais

[Portaria n.º 253/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Altera os Regulamentos de aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural, aprovados pelas Portarias n.ºs 289-A/2008, de 11 de abril, 357-A/2008, de 9 de maio, 820/2008, de 8 de agosto, 964/2008, de 28 de agosto, 1137-A/2008, de 9 de outubro, 1137-C/2008, de 9 de outubro, 1137-D/2008, de 9 de outubro, 520/2009, de 14 de maio, 521/2009, de 14 de maio, 596/2009, de 3 de junho, 745/2009, de 13 de julho, 786/2009, de 27 de julho, 813/2009, de 28 de julho, 842/2009, de 4 de agosto, 1037/2009, de 11 de setembro, 1268/2009, de 16 de outubro, 829/2010, de 31 de agosto, e 231/2011, de 14 de junho



- **PESCAS/AQUICULTURA**

[Decreto-Lei n.º 104/2013, de 29 de julho](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º 2012/32/UE, da Comissão, de 25 de outubro de 2012, que substitui o anexo A da Diretiva n.º 96/98/CE, do Conselho, de 20 de dezembro de 1996, relativa às normas a aplicar aos equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar em território nacional ou a instalar em embarcações nacionais, e altera o anexo ao Decreto-Lei n.º 24/2004, de 23 de janeiro

[Portaria n.º 244/2013, de 02 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Altera os Regulamentos de aplicação do Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca (MARE), aprovados pelas Portarias n.ºs 1071/2000, de 7 de novembro, 1078/2000, de 8 de novembro, 1079/2000, de 8 de novembro, e 1083/2000, de 9 de novembro

- **VETERINÁRIA**

[Decreto-Lei n.º 113/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º 2010/63/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2010, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos

5. AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 110/2013, de 02 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE, da Comissão, de 7 de fevereiro, que altera o anexo I à Diretiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens

[Declaração de Retificação n.º 35/2013, de 05 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros-Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011



[Decreto-Lei n.º 114/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Altera (sexta alteração) o Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/28/UE, da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva n.º 2000/53/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa aos veículos em fim de vida

6. ASSOCIAÇÕES

[Portaria n.º 254/2013, de 08 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 155/2013, de 18 de abril, que regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da atividade das associações e federações juvenis, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA)

7. CIDADANIA

[Declaração de Retificação n.º 33/2013, de 29 de julho](#)

(Assembleia da República)

Retifica a Lei n.º 43/2013, de 3 de julho (quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro - Lei da Nacionalidade), procedendo à anulação da publicação daquele diploma e à sua publicação autónoma e integral, atribuindo-lhe designação de lei orgânica com numeração própria (Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de julho)

[Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera (quinta alteração) a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro - Lei da Nacionalidade

[Portaria n.º 242/2013, de 02 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Programa Agora Nós, com os objetivos de promover e estimular a prática de voluntariado, como meio de aquisição de competências, e aprova o respetivo Regulamento



8. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho](#)

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Define o estatuto das organizações não-governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações

9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Assembleia Legislativa)

Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada (PROMEDIA III) na Região Autónoma dos Açores

10. DESPORTO

[Despacho n.º 10392/2013, de 09 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros-Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude)

Fixa o pagamento das taxas devidas ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), pelos atos relativos ao processo de emissão da licença aplicável à prática do mergulho recreativo, bem como pelo reconhecimento de qualificações e de sistemas de formação de mergulho

11. EDUCAÇÃO

[Aviso n.º 9776/2013, de 31 de julho](#)

(Ministério da Educação e Ciência-Direção-Geral da Administração Escolar)

Publica a listagem de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, abrangidos pelos regimes de autonomia/paralelismo pedagógicos no ano letivo de 2012-2013

[Despacho n.º 10284-C/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação e Ciência-Gabinetes do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Aprova a rede de cursos de ensino de português no estrangeiro para o ano letivo de 2013/2014, bem como os horários e lugares a preencher no âmbito da reserva de recrutamento de pessoal docente do ensino de português no estrangeiro



[Decreto-Lei n.º 115/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior

12. ENERGIA

[Portaria n.º 243/2013, de 02 de agosto](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece os termos, condições e critérios de atribuição da reserva de capacidade de injeção de potência na rede elétrica de serviço público (RESP), bem como do licenciamento da atividade de produção de energia elétrica no âmbito do regime especial da remuneração garantida, respetivos prazos de duração, condições de manutenção e de alteração

[Declaração de Retificação n.º 35/2013, de 05 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros-Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º 2011/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011

[Diretiva n.º 13/2013, de 06 de agosto](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Estabelece as entidades habilitadas a integrar a unidade de desvio de comercialização nos termos do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema (energia elétrica)

13. FINANÇAS

- **ATIVIDADE SEGURADORA**

[Decreto-Lei n.º 112/2013, de 06 de agosto](#)

(Ministério das Finanças)

Altera o Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro, referente ao registo dos contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2013, de 06 de agosto](#)

(Instituto de Seguros de Portugal)

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no 4.º trimestre de 2013



- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[Regulamento da CMVM n.º 4/2013, de 01 de agosto](#)

(Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)

Aprova normas de governo das sociedades cotadas em bolsa.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Aviso n.º 87/2013, de 01 de agosto](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Torna público que foram cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Chipre para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bruxelas em 19 de novembro de 2012

[Lei n.º 55/2013, de 08 de agosto](#)

(Assembleia da República)

Completa a transposição da Diretiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de junho de 2003, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados membros diferentes, e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[Despacho n.º 10005/2013, de 31 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e do Tesouro)

Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 1.ª e 2.ª tranches do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento

[Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M, de 06 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013



14. FUNDAÇÕES

[Decreto-Lei n.º 107/2013, de 31 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 168/85, de 20 de maio, que cria a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

[Decreto-Lei n.º 109/2013, de 01 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à extinção da Fundação Alter Real, instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação

15. GOVERNO

[Decreto do Presidente da República n.º 92-C/2013, de 26 de julho](#)

(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, o Prof. Doutor João Filipe Cortez Rodrigues Queiró do cargo de Secretário de Estado do Ensino Superior

[Decreto do Presidente da República n.º 92-D/2013, de 26 de julho](#)

(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, o Dr. Luís Miguel Gubert Moraes Leitão Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro, o Dr. Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, o Prof. Doutor Bruno Verdial de Castro Ramos Mações Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, o Dr. José de Almeida Cesário Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o Dr. Leonardo Bandeira de Melo Mathias Secretário de Estado Adjunto e da Economia, o Dr. Pedro Pereira Gonçalves Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, o Dr. Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, o Mestre Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes Secretário de Estado do Turismo, o Dr. Paulo Guilherme da Silva Lemos Secretário de Estado do Ambiente, o Dr. Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade Secretário de Estado da Energia, o Prof. Doutor Miguel de Castro Neto Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, o Eng.º José Diogo Santiago de Albuquerque Secretário de Estado da Agricultura, o Prof. Doutor Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu Secretário de Estado do Mar, o Prof. Doutor Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, o Prof. Doutor José Alberto Nunes Ferreira Gomes Secretário de Estado do Ensino Superior, o Dr. Agostinho Correia Branquinho Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, o Dr. Octávio Félix de Oliveira Secretário de Estado



do Emprego e a Dr.^a Vânia Carvalho Dias da Silva de Antas de Barros Subsecretária de Estado Adjunta do Vice-Primeiro-Ministro

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2013, de 08 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011, de 11 de julho, que aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XIX Governo Constitucional

16. INDÚSTRIA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Presidência do Governo)

Altera (primeira alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A, de 22 de maio, que aprova o Regulamento do Exercício da Atividade Industrial na Região Autónoma dos Açores

17. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

[Decreto-Lei n.º 113/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva n.º 2010/63/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2010, relativa à proteção dos animais utilizados para fins científicos

18. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 328/2013, de 29 de julho](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma contida no artigo 82.º, n.º 2, e não inconstitucional a norma contida no artigo 75.º, n.º 1, *in fine*, ambas da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, relativas às pensões por incapacidades permanentes inferiores a 30%

[Acórdão n.º 324/2013, de 30 de julho](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a interpretação normativa resultante da conjugação das normas da alínea c) do n.º 1 do artigo 432.º e da alínea e) do n.º 1 do artigo 400.º do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, segundo a qual é irrecorrível o acórdão proferido pelas Relações, em recurso, que aplique pena privativa da liberdade inferior a cinco anos, quando o tribunal de primeira instância tenha aplicado pena não privativa da liberdade



[Lei n.º 54/2013, de 31 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) a Lei n.º 78/2001, de 13 de julho (que regula a organização, competência e funcionamento dos julgados de paz), aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz

19. JUVENTUDE

[Portaria n.º 254/2013, de 08 de agosto](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 155/2013, de 18 de abril, que regulamenta a concessão de apoios financeiros destinados ao incentivo à gestão da atividade das associações e federações juvenis, através do programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo (IDA)

20. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

[Despacho \(extrato\) n.º 10082/2013, de 01 de agosto](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros-Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Vilnius, com jurisdição sobre o território da Lituânia

21. QREN

[Despacho n.º 10005/2013, de 31 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e do Tesouro)

Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 1.ª e 2.ª tranches do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento



22. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2013/A, de 30 de julho](#)

(Região Autónoma dos Açores-Assembleia Legislativa)

Regula a calendarização do processamento do subsídio de férias e das prestações correspondentes ao 14.º mês e equivalentes dos trabalhadores do setor público da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2013

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Assembleia Legislativa)

Estabelece o III Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada (PROMEDIA III) na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Presidência do Governo)

Altera (primeira alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2012/A, de 22 de maio, que aprova o Regulamento do Exercício da Atividade Industrial na Região Autónoma dos Açores

• MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 25-A/2013/M, de 26 de julho](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Aprova o regime de utilização, gestão e exploração dos bens do domínio público regional aeroportuário e procede à revisão do contrato de concessão com a ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

[Decreto Legislativo Regional n.º 26/2013/M, de 29 de julho](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/M, de 24 de agosto, que transforma o Instituto de Habitação da Região Autónoma da Madeira em entidade pública empresarial denominada Investimentos Habitacionais da Madeira, E. P. E., e os respetivos Estatutos



[Decreto Legislativo Regional n.º 27/2013/M, de 29 de julho](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Define as entidades que, na Região Autónoma da Madeira, exercem as competências previstas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero» e cria um balcão único eletrónico, designado «Balcão do empreendedor»

[Decreto-Lei n.º 108/2013, de 31 de julho](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, com vista à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional gerida pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2013/M, de 02 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira-Presidência do Governo)

Define as áreas de pilotagem na Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 28/2013/M, de 06 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 18/2013/M, de 09 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Homenageia as mulheres madeirenses participantes na "Revolta do Leite" de 1936

23. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho](#)

(Ministério das Finanças)

Altera o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, revendo os descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), da Assistência na Doença aos Militares (ADM) e da Divisão de Assistência na Doença (SAD)

[Declaração de retificação n.º 851/2013, de 01 de agosto](#)

(Ministério da Saúde-Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Retifica o Despacho n.º 8990-C/2013, de 9 de julho, que altera o Despacho n.º 15700/2012, de 10 de dezembro (aprova os novos modelos de receita médica)



[Declaração de retificação n.º 853-A/2013, de 01 de agosto](#)

(Ministérios das Finanças, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social-Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento, Adjunto do Ministro da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Retifica o Anexo do Despacho n.º 9846-A/2013, de 25 de julho de 2013, que autoriza as Administrações Regionais de Saúde, I. P. (ARS, I.P.), e o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), a assumirem os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as entidades integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

[Portaria n.º 245/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Regulamenta a composição, as competências e a forma de funcionamento da direção de enfermagem nos serviços e estabelecimento de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde

[Portaria n.º 248/2013, de 05 de agosto](#)

(Ministério da Saúde)

Aprova o regulamento de notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública

[Despacho n.º 10366/2013, de 08 de agosto](#)

(Ministério da Saúde-Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2013-2014, emitidas a partir de 1 de agosto de 2013, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano

24. TRABALHO

[Acórdão n.º 328/2013, de 29 de julho](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma contida no artigo 82.º, n.º 2, e não inconstitucional a norma contida no artigo 75.º, n.º 1, *in fine*, ambas da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, relativas às pensões por incapacidades permanentes inferiores a 30%



• **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[Portaria n.º 252/2013, de 07 de agosto](#)

(Ministério das Finanças)

Estabelece o contingente de estágios profissionais para a 2ª fase da 2ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) e respetiva calendarização

25. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• **TRANSPORTES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 25-A/2013/M, de 26 de julho](#)

(Região Autónoma da Madeira-Assembleia Legislativa)

Aprova o regime de utilização, gestão e exploração dos bens do domínio público regional aeroportuário e procede à revisão do contrato de concessão com a ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.

[Decreto-Lei n.º 108/2013, de 31 de julho](#)

(Ministério da Economia e do Emprego)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, com vista à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional gerida pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.

[Portaria n.º 241-A/2013, de 31 de julho](#)

(Ministérios das Finanças e da Economia)

Regula o sistema de passes intermodais e as condições de disponibilização destes títulos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como as regras relativas à respetiva compensação financeira dos operadores de transporte coletivo regular de passageiros da AML por parte do Estado

26. TURISMO E LAZER

[Portaria n.º 241/2013, de 29 de julho](#)

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Aprova os modelos de sinalética e as barreiras de proteção a adotar nas zonas balneares

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, de 01 de agosto](#)

(Região Autónoma dos Açores-Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



[Decreto n.º 27/2013, de 08 de agosto](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República de San Marino no domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 8 de janeiro de 2013